

## **PIBID NA SALA DE AULA: A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (LEI 10.639/03)<sup>1</sup>**

Amanda Ap. Julio Beserra<sup>2</sup>

Nathan Victor dos Santos<sup>3</sup>

João Batista Gonçalves Bueno<sup>4</sup>

Palavras Chave: Lei 10.639, educação, ensino, História, Afro-brasileira

Este trabalho é o resultado da experiência docente do ensino de História com a prática e ensino realizada nas escolas E.M.E.F. Henrique de Almeida (Itapororoca - PB), Centro educacional Osmar de Aquino (Guarabira- PB) e Escola Rodrigues de Carvalho (Araçagi- PB). Dentro do projeto PIBID, buscamos realizar a análise dos desafios e obstáculos para a implementação da Lei 10.639/03<sup>5</sup> na prática docente, sempre estabelecendo uma relação com os conteúdos presentes nas grades curriculares estabelecidas nas diferentes séries de ensino. Iniciamos nosso trabalho procurando encontrar metodologias que dessem conta de abarcar aspectos interculturais, com o objetivo de estabelecer, dentro das escolas, diálogos entre aspectos socioculturais de comunidades negras ou indígenas. Feito isso, procuramos compreender como seria possível educarmos para as relações étnico-raciais.

Procurando entender como os (a) professores (a) das escolas trabalhavam com essa temática em sala de aula, elaboramos um formulário online para ser respondido por eles. Este

---

<sup>1</sup> Pesquisa promovida pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>2</sup> [amanda.beserra@hotmail.com](mailto:amanda.beserra@hotmail.com) (UEPB III- História)

<sup>3</sup> [nathanvictorpsantos@gmail.com](mailto:nathanvictorpsantos@gmail.com) (UEPB III- História)

<sup>4</sup> [joaobgbueno@hotmail.com](mailto:joaobgbueno@hotmail.com) . (Coordenador do projeto PIBID em História, UEPB III)

<sup>5</sup> A lei aprovada e em vigor desde 9 de janeiro de 2003, altera a lei nº9.394/96 acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B. Tornando assim obrigatório nos ensinos fundamental e médio o ensino sobre História e cultura Afro-Brasileira.

formulário foi composto de questões que solicitavam que os professores dissessem como trabalhavam, e, quando isso ocorria no ano letivo, com as temáticas referentes ao ensino das culturas africanas e afro-brasileiras.

Neste artigo, discutiremos as respostas dos professores nomeando-os por Prf.1 (Guarabira), Prf.2 (Itapororoca) e Prf.3 (Araçagi).

Deste projeto, elaboramos e sugerimos a produção de aulas em acordo com as sequências de conteúdos que estavam nos planos pedagógicos da (os) professora (es) que acompanhamos dentro das escolas. Fizemos essa intervenção no currículo dos professores das escolas básicas, alterando os conteúdos em sala de aula. O que implicou não somente em articular os conteúdos que estavam sendo apreendidos durante nosso curso de graduação na Universidade Estadual da Paraíba, como também nos forçou a experienciar novas práticas escolares, relativas à escola básica. E foi a partir dessas novas práticas que passamos a articular formas de conceber determinadas práticas docente para trabalharmos as relações étnico – raciais na escola.

Em relação a lei 10.639/03, o Prf.1 acredita que o estudo das relações étnico – raciais é muito importante: “Porque é necessário que todos tenham representatividade durante o ensino” (Prf.1, 2019). Para esse professor tudo que é relacionado aos negros e sua história deve ser trabalhado na escola. Isto pode se dar por meio do estudo dos diversos aspectos que envolvem as populações negras advindas da diáspora. Neste caso, populações inteiras foram forçadas a sair de suas terras para vir trabalhar na colonização da América.

Vemos também que o professor entende por meio desse depoimento, que falar dos negros na história não se limita apenas nos referirmos ao período escravista, ou de suas mazelas. Mas precisamos abordar esta temática por outros aspectos, que sejam mais abrangentes e que procurem expandir as discussões para o preconceito que foram submetidas essas populações negras no Brasil. Concordando com essa ideia, o professor 3 acredita que “O ensino de história e cultura afro-brasileira é de extrema importância, pois através dele podemos trabalhar a formação da sociedade mais plural, garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas “(Prf.3, 2019).

Deste modo, trata-se não somente de estruturar atividades didáticas que promovam o conhecimento prévio e/ou superficial sobre os temas das culturas africanas e afro-brasileiras, mas sim buscar em outras discussões como se dá na atualidade e como se deu no passado o reconhecimento e transgressão a conceitos de raça que são pré-concebidos, agindo assim “*De maneira mais dinâmica e participativa que levasse o aluno a refletir sobre seus atos*” (Prf.3,2019)

Ao acompanhar e intervir na rotina e no planejamento das aulas dos professores e da professora da disciplina de História vinculados ao PIBID-UEPB, percebemos que existia entre os professores a dificuldade para desenvolver conteúdos relativos ao tema relacionado a história e cultura das populações negras da África e da América. Uma das dificuldades apontadas por eles entendia que isso se dava: “Devido ao preconceito da elite em relação a cultura afro-brasileira” (Prf.1, 2019). Entendemos que isto se relaciona ao processo das heranças coloniais racistas que entende e exclui a ideia de que as pessoas negras são protagonistas de suas próprias histórias. Abdias do Nascimento (1978), no livro “O Genocídio do Negro Brasileiro”, atribui à ordem pós-escravista estratégias de genocídio as camadas negras brasileiras, e esse processo se configura na provocação do apagamento da negritude como experiência da população brasileira. Já Djamilia Ribeiro na sua reflexão sobre a hierarquização de saberes, proposta por Lélia Gonzalez afirma que:

quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco [...] estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento. (RIBEIRO, 2019, p.24)

Os livros didáticos utilizados nas escolas também são materiais que não contribuem para direcionar a atenção dos docentes e seus estudantes para a necessidade das diversas discussões étnico-raciais, nos recortes Brasil e mundo. Ao analisarmos os livros didáticos utilizados pelos professores percebemos que eles não apresentam discussões aprofundadas que discutem o racismo. No entanto, o livro didático ainda nos dias de hoje é o material principal que é usado pelas (os) professora (es) para suas aulas. O Livro didático também representa uma forma de controle do tempo do professor em sala de aula. Vemos isso no seguinte depoimento *Uma das maiores dificuldades é o pouco tempo de aula para abordar tantos assuntos relevantes.* (Prf.1, 2019).

Os capítulos dos livros didáticos somente apresentam as populações afro-brasileiras e africanas em momentos muito específicos da história, e mesmo assim são sempre comparados a cultura e modelo de civilização europeu, aparecendo normalmente como populações mais atrasadas ou com culturas primitivas. Esta lógica se repercute permeando todo o currículo que é utilizado nas escolas. Este é centrado e moldado a partir da história do continente europeu, que oculta categoricamente o complexo processo histórico que o Brasil experimentou, e isso se dá porque o ensino apresenta o branco sempre como o responsável por estabelecer o

contato com outros grupos raciais que não correspondem ao ideal ocidental de humanidade, sociedade, civilidade.

Citaremos aqui uma das experiências que foram realizadas em sala de aula. Esta ocorreu no dia 20 de novembro de 2018, Dia da Consciência Negra<sup>6</sup>. Neste dia elaboramos uma aula sobre conceitos relativos à África e a realidade afro-brasileira, na escola em Itapororoca.

Elaboramos a seguinte pergunta, que foi direcionada as alunas e aos alunos, “Vocês se consideram como negras e negros?”. As respostas a essa questão foram interessantes pois, observamos que os alunos com pele marcadamente negra não afirmavam categoricamente que eram negros e não se reconheciam como tal. As(os) alunas(os) que afirmavam que eram negros (as), respondiam à pergunta de forma tímida, como se receassem alguma reação negativa em relação a esta afirmativa. Por vezes essas manifestações se deram por meio de murmúrios e risos. Nota-se neste caso que, “(...) a ausência de conteúdos étnico-raciais permanece nas salas de aula e o respeito à diversidade cultural não é exercitado causando prejuízos imensuráveis para todas as faixas de idade” (FONSECA, 2016, p.83).

Deste modo, Hooks acredita que “(...)buscando não somente o conhecimento que está nos livros, mas também o conhecimento acerca de como viver no mundo (HOOKS, 2017, p.27) pode -se moldar uma pedagogia que vise não somente se aliar a divisão tradicional da história, hierarquizando saberes, mas também afirmando espaços, para além da lógica colonial. Possibilitando, assim, evidenciarmos as populações negras como agentes políticos, sociais, culturais e históricos.

Tivemos a intenção de intervir no conteúdo programático das aulas e atividades desafiando a ausência das histórias das populações negras no conteúdo planejado para o ensino de história com o objetivo de questionar essa forma tradicional de tratar as questões étnico -raciais. Neste sentido questionamos as próprias condições já estabelecidas nos currículos, entendendo que o processo de ensino-aprendizagem deve ser tomado pela sua potência transformadora. E, por isso, é necessário elaborarmos conteúdos significativos relacionados a questões relativa a temática de raças que abordem a amplitude e importância das influências, diretas e indiretas, tanto do continente africano quanto das sociedades afro-brasileiras nos mais variados campos do conhecimento. É necessário também, propormos conteúdos que enfatizem a diversidade, que apresente outras leituras que fogem do senso

---

<sup>6</sup> Garantido também pelo texto da Lei 10.639/03, no Art. 79-B que inclui a data no calendário escolar.

comum, o qual concebe a existência de uma espécie de homogeneidade que afirma o apagamento sistemático epistêmico e cultural vindo das etnias africanas.

Por fim, embora seja reconhecida entre 2 das 3 professoras que o ensino de história e cultura afro-brasileira seja pouco presente no currículo escolar, foi notado através do período presente em cada escola a tentativa de integração a lei 10.639/03 ao programa de modo que “Permite o intercâmbio e troca de experiências” (Prf.1, 2019). Este foi nosso compromisso com o PIBID-UEPB, porque procuramos questionar o atual sistema de ensino e proporcionar outros olhares ou caminhos em relação ao ensino étnico-racial em sala de aula.

O conhecimento adquirido com a prática docente de nós, professores em formação, com a professora e os professores supervisores revelou-nos a necessidade de desenvolvermos de forma mais efetiva dentro das salas de aula o combate do racismo que se estrutura no corpo social brasileiro. Afirmamos isso, pois acreditamos que “Através dela, é possível conscientizar os alunos sobre a importância do entendimento da cultura afro-brasileira.”(Prf.1, 2019) . Ainda que se trate de um longo processo, “A luz dessa lei, os professores passaram a trabalhar mais a história e cultura afro-brasileira, valorizando a diversidade cultural e promovendo a luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.” (Prf. 3, 2019) devendo, deste modo, se dar em toda formação discente, tanto nos primeiros anos do Ensino Fundamental quanto no último ano do Ensino Médio. Entendemos que é a partir da garantia institucional da lei e de seu cumprimento pode existir um processo de expansão do pensar sobre África e as culturas e comunidades afro-brasileiras e dessa forma, poderemos alterar aos poucos racismo institucionalizado que esta presente na sociedade Brasileira.

#### REFERÊNCIAS:

FONSECA, Ivonildes da silva; COSTA, Marta Furtado da; CHAGAS, Waldeci Ferreira (org.). Estudos Étnicos-Raciais na Educação Básica. João Pessoa: Editora Imprell, 2016. p.77-86.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. p. 18-51.